

# RESENHA



**AGAMBEN, Giorgio. *Quando a casa queima: sobre o dialeto do pensamento*. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Belo Horizonte: Âyiné, 2021, 96p.**

Flavia Quintanilha<sup>1</sup>  
Instituto Federal de Minas Gerais

**GIORGIO AGAMBEN**  
**Quando a casa queima**



Foto: divulgação

O que acontece à sua volta lhe diz respeito mesmo se a casa esteja a queimar? A recepção de uma pergunta com ares de ingênua é o início de uma profunda e valiosa reflexão sobre a possibilidade de uma pós-história sem erros tecida pela verdade através do pensamento humano. É isto o que propõe Giorgio Agamben em seu breve texto *Quando*

---

<sup>1</sup> Professora de Filosofia no Instituto Federal de Minas Gerais, pesquisadora colabora no Instituto de Estudos Filosóficos da Universidade de Coimbra e doutoranda no programa de pós-graduação em Estudos da Tradução, UFSC. E-mail: [flavia.quintanilha@ifmg.edu.br](mailto:flavia.quintanilha@ifmg.edu.br)

*a casa queima*, publicado pela Âyiné, 2021. Em sua narrativa costumeira, que dá ao leitor uma sensação de simplicidade na explanação das ideias e proximidade aos recônditos da filosofia, incita quem lê a ser tomado de ânimo para pensar de maneira totalmente nova o problema apresentado.

Ler G. Agamben é sempre um desafio que tira do leitor exclamações de admiração. Aos que leem pela primeira vez não se engane com a construção fácil de seu raciocínio. Poucos filósofos articulam tantos conceitos de maneira primorosa e inovadora. É por esta razão que ele figura hoje entre os pensadores mais respeitados. A metáfora é seu recurso preferido. Nesta obra, o autor a usa através da imagem do fogo que queima a casa para propor sua reflexão sobre o fundamento da história humana, através da língua e da verdade, tecendo um trajeto nos meandros da linguagem por meio de uma cena cataclísmica e sem esperança. “Vivemos em casas, em cidades queimadas de cima a baixo como se ainda estivessem de pé, as pessoas fingem viver aí e saem pelas ruas mascaradas entre as ruínas, como se ainda fossem os bairros familiares de outrora” (p.12-13). A reflexão sobre a língua que ainda se fala mesmo com a casa a queimar é, sem dúvida, a retomada de um antigo problema filosófico: a possibilidade da verdade por meio do dialeto há muito conhecido, o pensamento. Ou seria a linguagem? É aí que começa a grande aventura deste texto que está dividido em quatro partes ou capítulos.

O primeiro, que dá o nome ao livro, *quando a casa queima*, apresenta a linguagem como “o aberto no qual estamos” (p. 17). Nele G. Agamben iguala poesia e filosofia como os únicos que falam sem se esquecer da própria linguagem, condição de possibilidade de sua liberdade, e traz elementos como pluralidade e multidão para tratar de temas como história, igreja e salvação. Segundo o filósofo italiano “a salvação é a dimensão que se abre porque não estou só, porque há pluralidade e multidão” (p. 19), salientando a necessidade de retirar a salvação do contexto histórico e encontrar uma pluralidade não histórica como saída da própria história. Em outras palavras, tomar a realidade como o recurso do possível daquilo que podemos ou não fazer despidos de qualquer identidade. A casa que queima, portanto, é a própria língua. Não como dialeto, mas na raiz profunda da linguagem antes mesmo dos nomes. E é neste lugar, o da linguagem, que se configura a tensão que separa poesia e filosofia. Com modos distintos de habitar a linguagem, a filosofia perde o elo originário da palavra ao tecer teorias e ordenar o conhecimento. No segundo capítulo, *porta e limiar*, apresenta uma intrincada relação entre as experiências do limiar e da passagem. G. Agamben inicia pela definição de “porta”, distinguindo dela os conceitos de porta-estrutura (o objeto construído com diversos materiais, preso por dobradiças que o permite abrir e fechar), porta-acesso (o espaço vazio que tem como limite

a parede) e porta-limiar (que tem como dispositivo de controle a porta-estrutura). “Na porta-acesso o essencial é cruzar um limiar, na porta-estrutura o que está em questão é a possibilidade de fechar ou abrir a passagem” (p. 28-30).

Lembra-nos, G. Agamben, que a própria lei passou a ser a porta-estrutura após a sanção do direito romano que “punia com a morte quem transgredia um limiar proibido” (p. 31), transformando o próprio muro da cidade em *sanctus*, do termo *sanctio* (a sanção). A partir daí passam a considerar a lei como santa representando o limiar que articula as relações humanas. Outro conceito de porta apresentado é da transformação de porta como uma passagem para a porta como um lugar. O filósofo dá o exemplo de Carlo Scarpa que deita a porta e a emerge das águas no Convento dos Telentini. O “acesso” se tornou um âmbito, como na fábula do Barba Azul. Estes são alguns dos exemplos que G. Agamben usa para analisar a tese de que a modernidade perdeu a experiência dos limiares, como a dos *Rites de passage*. O que não foi de todo abandonado, visto que os artistas vanguardistas do século XX mantinham um desejo de apreender o limiar no qual a criação pudesse existir. Como os dadaístas ou surrealistas que tentavam “situar o artista no vão imaterial que une e, ao mesmo tempo, separa a arte e a vida” (p. 35).

Há pelo menos quatro termos para porta em latim – *foris* (*fores*) – que acabou se perdendo com o passar do tempo, permanecendo até hoje apenas em suas formas adverbiais *foris*, *foras*, “fora”. Assim, a passagem, o acesso, só preservou equivocadamente o significado de fora ou dentro. Segundo G. Agamben o “fora” não corresponde a outro espaço que separa o dentro, sugerindo assim o “forasteiro” e o “extravagante”. É necessário também considerar o *foraneità*, neologismo criado pelo filósofo para representar o limiar em sua origem, aquilo que dá a experiência da “foridade” da porta. Desta maneira é possível pensar a porta como a coisa em si kantiana, exterioridade pura. Algo que permanece vazio e não tem a necessidade de conduzir para outro lugar, tampouco um contorno a ser percorrido. A porta, assim vista, passa a ser o âmbito pelo qual se exhibe sua íntima e total “foridade”.

Mantendo sua característica provocativa no terceiro capítulo, *lições nas trevas*, G. Agamben lança seu olhar crítico ao longo do processo histórico que fez o ser humano acreditar na possibilidade de um discurso significante através de uma gramática construída com certeza de que ela se origina da verdadeira palavra. A palavra que antes fora dita pelos profetas e que hoje já não mais pode ser ouvida. Palavra que anunciou o Reino e que ela própria significa experimentar seu caráter insurgente. Quem dá testemunho, lembrando o primeiro capítulo, é o poeta que realiza a experiência da palavra sem arrogância ou ênfase. Não o leitor. “O campo da linguagem é o lugar de um conflito incessante entre a palavra e a língua, o idioma e a gramática” (p. 54), suscitando que está a palavra livre

da língua, assim como a língua não necessita de uma identidade. É isto que nos instiga a pensar G. Agamben, ao afirmar que as coisas se escondem de nós quando falamos delas, que os nomes não dizem as coisas e que a língua só existe em uso. É diante desta tensão que o autor abre caminho para o quarto capítulo, *testemunho e verdade*. Cerne perceptível de sua crítica quando olha para o fogo, a palavra, isto que atualmente deixou de arder e nos cerca, não mais como um elemento da natureza que por tantas vezes foi incontrolável. O fogo ou a chama agora é “digital, invisível e fria” e está ainda mais próxima. Não a tememos mais nem evitamos a loucura de nosso tempo que se manifesta em poder governar a vida nessa condição. A mudança que aconteceu não está representada no modo de se fazer as coisas, mas em como deixamos que as coisas aconteçam no mundo. E o indissociável do humano, a linguagem, aquilo que é seu rosto e ao mesmo tempo o aberto em que se encontra e se emaranha na possibilidade infinita de salvação e de dominação figura também como o plano em que o enganoso floresce. Em outras palavras, ela, a linguagem, possui uma dupla face que liberta e aprisiona e nesse duplo trajeto abre a possibilidade de todos os enganos. A verdade se manifestará através da vida humana apenas pela suspensão da linguagem, o testemunho, e este só acontecerá no final, como gesto solitário entre a testemunha e a língua. Ninguém que está a viver e a se relacionar no mundo é capaz de o testemunhar. “Testemunha é quem fala apenas em nome de um não poder dizer” (p. 62), pois ela não é um sujeito do conhecimento. E esta verdade que G. Agamben coloca em questão e que se dá pelo testemunho não tem intencionalidade. Não é um saber que se articula em forma de discurso, pois está situado no fim dos tempos de alguma maneira. O testemunho não tem um vir a ser, pois não há mais nada além dele. “O testemunho – seria possível dizer – começa justamente quando todo caminho pré determinado para a verdade – todo *methodos* – falha” (p. 90). A testemunha está no lugar da língua quando falta a palavra. Ela não necessita “dizer sobre”, pois ela é o encontro com a alteridade mais radical. “A língua puramente dizível, que se produz nessa experiência ao mesmo tempo ativa e passiva, transcendente e imanente, é a língua do testemunho, a língua por meio da qual a testemunha testemunha” (p. 92). A testemunha está constitutivamente em abandono, pois está só. Ela não comunica algo, apenas testemunha. Ninguém poderá testemunhar a testemunha, pois este é seu último ato e não uma construção racional através da linguagem do que é vivido. E por ser seu último ato e por não haver mais um por vir é que não existe testemunha viva. E por ser o testemunho o único caminho possível para a verdade é que o falso testemunho não se configura como testemunho. Isto significa que quando falamos “entramos no aberto”, são reveladas coisas dizíveis e jamais ditas. “Juramento substitui a relação de veracidade entre linguagem e o mundo” (p. 79) e institui a relação entre a pala-

vra e as coisas. Juramento não é testemunho. No testemunho não há garantias da relação veracidade-linguagem-mundo, pois a verdade em questão é manifestada não em palavras e sim como gesto. Não há verificabilidade entre palavra e verdade, “a testemunha está a sós com as palavras” (p. 89). E ao se afirmar o “eu”, perde-se a verdade do testemunho. “A verdade é uma errância sem a qual certo homem não poderia viver” (p. 95). A verdade não pode ser enunciada pelo testemunho e sua busca através de uma pós-história apenas reafirma que não há história da verdade, mas apenas história da mentira. De certo esta não é a primeira reflexão sobre a linguagem, pensamento, verdade e mundo que G. Agamben nos apresenta. Em seu passeio pela literatura em *Profanazioni*, 2005, e mais recentemente uma reflexão com mais fôlego sobre o tema em *Il fuoco e il racconto*, 2014, sugere que a produção intelectual do filósofo é leitura indispensável para quem quer iniciar um percurso sobre questões contemporâneas relacionadas à língua, linguagem e pensamento.

Ao desfechar sobre a impossibilidade de se versar acerca da verdade, G. Agamben nos oferece um caminho inédito para se pensar toda a história do conhecimento humano e nos convida a sair completamente do lugar confortável e ilusório de poder dado pela linguagem e sua relação com o mundo. Para ele “todos nos agarramos ao eu para escapar do encontro solitário com a língua, para não ser obrigados à poesia” (p. 85). No argumento brilhante deste livro o pensador reformula o conceito de verdade, como dialeto do pensamento, através de uma racionalidade testemunhal que necessita do silêncio e da comunhão do *si* – sob uma égide heideggeriana – que abdica do eu espectador como fonte de uma pós-história. Há verdade no testemunho, pois ela é sua *forma-de-vida*. Entretanto, “a testemunha sabe que seu testemunho interrompe a história e o discurso da mentira, sem inaugurar um tempo ou discurso ulterior, sabe que não há história da verdade, há apenas uma história da mentira” (p. 96). Contar é criar e recriar, assim como formular teorias também o é. A busca do dialeto original do pensamento exige o retorno à poesia e o abandono das formulações, sem esquecer que afirmar qualquer verdade é sempre e mais uma vez fabular a história.

